

DELFIN

O ministro rejeita sugestão do Bird

O ministro Delfim Neto disse ontem que o Brasil não precisa intensificar a desvalorização do cruzeiro porque "as suas exportações caminham de maneira maravilhosa".

O ministro do Planejamento fez essa declaração quando deixava o Banco Mundial por volta do meio-dia, ao responder pergunta sobre a recomendação feita anteontem aos países em desenvolvimento, pelo chefe da assessoria econômica da Presidência dos Estados Unidos, Martin Feldstein, que se demitiu ontem, um pouco antes do que se esperava, para reassumir sua cadeira em Harvard.

O ministro parece ter rejeitado assim, também, a sugestão do Banco Mundial para que desvalorizasse o cruzeiro mais 10% em termos reais em 1984 ou 1% nominal ao mês, além das mínimas até o final do ano. Quando a idéia ocorreu ao Banco Mundial, o FMI não objetou a que discutisse o assunto com as autoridades brasileiras. O argumento do Bird é que a desvalorização adicional aumentaria a competitividade das exportações brasileiras e elevaria o preço interno relativo dos bens exportáveis em relação aos não-exportáveis. A medida também se justificaria em consequência da valorização do dólar nos últimos dois anos e da redução dos subsídios às exportações.

Mas Delfim Neto disse que não há grandes discrepâncias entre o governo e o Banco Mundial, a respeito da necessidade de o Brasil adotar uma política de crescimento de médio prazo. As idéias do banco envolvem crescente racionalização da política econômica em vários setores, inclusive a liberação dos preços e das exportações de produtos agrícolas.

O Banco Mundial pretende condicionar seus empréstimos a vários setores à adoção das políticas que recomenda e aos objetivos que pretende sejam atingidos pelo País. O que se discute é como e quando chegar a esses objetivos.

O ministro disse que a estratégia de crescimento a médio prazo proposta pelo banco deriva das idéias do próprio governo. Uma vez que se resolvam os problemas de curto prazo, é natural que se pense a prazo mais longo, afirmou Delfim Neto. Ele negou que o FMI imponha limites para o desembolso da contrapartida em cruzeiros para os projetos financiados pelo Banco Mundial, como forma de conter o déficit fiscal. "Temos de manobrar os recursos para dar a contrapartida", explicou Delfim, querendo com isso dizer que o Fundo está preocupado com o geral e não com o pormenor. Mas parece que a dificuldade em manobrar tem gerado atrasos nos próprios desembolsos do Bird.

Delfim Neto afirmou ainda ser "profundamente lamentável" o aumento registrado na taxa de juros preferencial dos Estados

Unidos. "É um aspecto dramático para países como o Brasil", afirmou. Explicou que o movimento das taxas não depende das pessoas, nem é tramado na calada da noite pelos banqueiros. "Temos de continuar lutando para sensibilizar o governo e as instituições" para os riscos que esses aumentos representam para os devedores, disse. Quando lhe perguntaram por que não protestava mais veemente contra tais elevações, retrucou que "se cara feia resolvesse, os países não teriam problemas".

Observou, contudo "haver certa incompreensão do estrago que a taxa faz" em países como o Brasil. Mas disse que o recente aumento só terá consequências em 1985, em vista do prazo de seis meses que decorre entre o aumento e seu efeito sobre o serviço da dívida.

Referindo-se à reunião de bancos centrais e outras instituições, promovida pelo Banco da Reserva Federal de Nova York, Delfim Neto disse que se discutiram ali "vários esquemas mais ou menos engenhosos" para atenuar o ônus do serviço da dívida dos países do Terceiro Mundo. Segundo Delfim, um deles foi o estabelecimento de uma taxa fixa de juros e outro, a capitalização dos juros. Segundo o ministro, o que é importante é que se comece a tomar consciência da gravidade do problema e que a capitalização dos juros é importante.

O embaixador Botafogo Gonçalves, principal assessor do ministro para a área externa, disse depois que o novo programa do Banco Mundial vai consolidar o seu apoio aos setores de exportação, energia, transporte, agricultura, além do social, e que, a seu ver, a economia brasileira vai crescer este ano entre 1 e 2%.

Botafogo Gonçalves negou que o Brasil vá solicitar mais dinheiro aos bancos privados, para fechar suas contas este ano, quando iniciar em agosto os entendimentos em torno de suas necessidades financeiras para o ano que vem. Norman Bailey, que há poucos meses deixou o Conselho de Segurança Nacional do governo americano para trabalhar numa firma de consultoria internacional, disse a este jornal que o Brasil vai precisar de pelo menos mais US\$ 3 bilhões em 1984, um cálculo próximo do que é feito por alguns banqueiros.

Botafogo disse que, apesar de este governo estar chegando ao fim, as autoridades econômicas continuarão negociando normalmente com os credores, como interessa a ambos os lados. "Se quiserem desfazer o que este governo fez, que desfaçam", afirmou, referindo-se à próxima administração que assumirá o controle do Brasil em 1985.

Além de seu encontro com o presidente do Banco Mundial, A.W. Clausen, o ministro Delfim Neto também se avistou com o diretor-gerente do FMI, no final da tarde. Ontem, a diretoria executiva do Fundo aprovou tranquilamente o relatório sobre os resultados do ano passado e do primeiro trimestre feito pelos técnicos da instituição.

A.M. Pimenta Neves, de Washington.

Novo empréstimo do FMI ao País

Um novo empréstimo de 260 milhões de dólares para o Brasil foi aprovado ontem pela diretoria do Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo quem esses recursos servirão para compensar a queda das exportações do País em relação à média exportada nos últimos cinco anos.

Um porta-voz do Fundo explicou que, embora na realidade as exportações brasileiras de 1983 tenham sido superiores às do ano anterior, registraram uma redução em comparação com a média dos cinco anos anteriores e isto permitiu que o Brasil solicitasse recursos ao setor de compensação do FMI.

A decisão foi tomada durante uma longa sessão da diretoria executiva do Fundo, na qual se examinou a situação geral do Brasil

e o andamento do processo de ajustamento econômico posto em prática pelo País para enfrentar a negociação de sua dívida externa de quase cem bilhões de dólares. Fontes financeiras disseram que, antes da reunião, o ministro do Planejamento, Delfim Neto, explicou a altos funcionários do FMI a evolução da economia brasileira e suas previsões, mas não revelaram mais pormenores.

Um breve comunicado do FMI diz que quase a metade da redução registrada nas exportações brasileiras se verificou no setor de produtos primários, inclusive minério de ferro, açúcar e produtos de soja. Houve também baixas nas exportações de outros produtos básicos e manufaturados.

O recado dos nossos congressistas

Os congressistas brasileiros, membros do Parlamento Latino-Americano, encerraram ontem seu programa em Washington, convencidos de que sua visita serviu pelo menos para dramatizar a necessidade de que se encontre uma saída política para o problema da dívida externa dos países da região.

O presidente do Parlamento Latino-Americano, Néelson Carneiro, disse que foi uma vitória o fato de terem dialogado com os congressistas norte-americanos e conseguido que se comprometessem a comparecer à próxima reunião do grupo, talvez em julho, na Costa Rica.

O senador Roberto Saturnino Braga, do PDT, disse que realmente não esperavam colher resultados imediatos com a visita às autoridades norte-americanas e ao Congresso. "Mas nossa intenção era trazer mensa-

gem sobre a gravidade do problema" dos países endividados. "Os Estados Unidos — disse — têm de compreender que a América Latina merece tratamento prioritário neste momento". Saturnino, que anteontem estava desanimado diante da "insensibilidade" de alguns de seus interlocutores, ontem disse que "alguma coisa ficou desse recado".

O deputado Pratini de Moraes, do PDS, depois de suas conversas com as autoridades americanas, concluiu que não há unanimidade sobre o que vai ocorrer com a taxa de juros nos Estados Unidos. Mas, a seu ver, chegará a 14 ou 15%, ainda este ano, só devendo cair no segundo semestre de 1985.

Os parlamentares seguiram para Nova York, onde se avistaram com o presidente do Banco da Reserva Federal de Nova York, hoje, e com o comitê de bancos que assessorará o Brasil, amanhã.